

POLICY BRIEF

GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL

Buscando o alinhamento com as melhores práticas internacionais

A luta contra a corrupção no Brasil é uma questão central: participantes do mercado e da sociedade civil reivindicam melhorias na governança das empresas estatais. Uma governança corporativa robusta é vista como um antídoto à corrupção nas empresas ao promover transparência e melhores práticas na prestação de contas.

HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTOS INSTITUCIONAIS

- O Brasil lida atualmente com desafios importantes face a escândalos de corrupção, que em alguns casos envolvem o uso indevido de recursos de empresas estatais. Dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo estimam que a corrupção seja equivalente a 2,3% do PIB do Brasil.
- Em abril de 2015, a BM&FBovespa lançou o Programa de Governança das Estatais, que foca na transparência, controles internos, composição dos Conselhos e deveres do Acionista Controlador Público.
- Em junho de 2015, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (organização sem fins lucrativos que promove as melhores práticas de Governança Corporativa no Brasil) publicou um conjunto de recomendações para as empresas de economia mista. As orientações incluem as funções do Estado como regulador e como acionista controlador, Conselhos de Administração e Fiscal, operações com partes relacionadas, controles internos e *compliance*, transparência e divulgação de informações.
- Há atualmente no Congresso brasileiro propostas em discussão que podem alterar a Lei das Sociedades Anônimas, especificamente em relação às questões relativas às empresas estatais. Tais mudanças devem trazer a Governança Corporativa das empresas estatais para mais perto das melhores práticas internacionais.

AÇÕES DA CFA SOCIETY BRAZIL E LEITURAS ADICIONAIS

- O *Advocacy Committee* da CFA Society Brazil contribuiu na audiência restrita realizada pela BM&FBovespa (realizada em abril de 2015), com base em uma pesquisa ampla entre seus membros e a participação na rodada de discussões realizadas com as entidades selecionadas de mercado. As sugestões da CFA Society Brazil abrangeram questões fundamentais como a transparência, a conciliação de interesses públicos e privados inerentes aos estatutos e missões das empresas públicas, políticas de preços de produtos e, especialmente, práticas de divulgação de informações sobre gastos de capital. Tais sugestões foram parcialmente incorporadas no conjunto de requisitos estabelecidos no Programa de Governança das Estatais da BM&FBovespa.
- Programa de Governança das Estatais da BM&FBovespa. Disponível em www.bmfbovespa.com.br.
- Recomendações para Empresas Estatais do IBGC. Disponível em www.ibgc.org.br.
- Artigo sobre governança das estatais, escrito por Ana Novaes, CFA, membro do *Advocacy Committee* da CFA Society Brazil. Disponível em <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=19628>.

PONTO DE VISTA DA CFA SOCIETY BRAZIL

- A má governança corporativa nas estatais causa custos econômicos e políticos para a sociedade brasileira. Melhores práticas internacionais de governança para estatais centram-se na separação entre as duas atribuições conflitantes do Estado: como detentor de controle e como regulador.
- A ênfase em ações políticas e políticas imediatistas, em oposição à sustentabilidade econômica no longo prazo, é um fator importante que afeta negativamente a avaliação das empresas estatais em comparação com seus pares.
- O arcabouço legal brasileiro é complexo e contribui para a existência de objetivos conflitantes que as empresas estatais carregam em seus estatutos. Todas as empresas devem obedecer à Lei das Sociedades Anônimas e aos seus próprios estatutos. Melhores práticas internacionais enfatizam que não deve haver distinção na maneira em que empresas estatais e empresas privadas buscam o interesse dos acionistas.
- O Conselho de Administração e executivos de uma estatal devem equilibrar interesses diversos para o crescimento e sustentabilidade da empresa ao mesmo tempo em que a gerenciam, considerando todas as diferentes perspectivas dos acionistas.
- A existência de uma maneira estruturada e transparente para a indicação de membros do Conselho é crucial para se evitar pressões políticas sobre as empresas estatais. Em tais empresas, o Estado deve delegar ao Conselho a indicação de CEOs, que é onde recai a responsabilidade pela orientação e monitoramento dos executivos em relação aos objetivos da empresa.
- As obrigações das empresas estatais relacionadas ao interesse público, bem como seus custos, devem ser claramente divulgados. O Conselho deve monitorar a consecução dos objetivos e se comunicar efetivamente com acionistas e com o público.
- Ao publicar o retorno sobre investimentos, as obrigações para com o interesse público e aquelas que buscam maximizar o retorno econômico e financeiro devem ser claramente separadas, garantindo completo disclosure dos retornos almejados para o investimento e sua justificativa.